

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS
EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL COM CONDIÇÃO SUSPENSIVA E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM GARANTIA FIRME LIMITADA, DA
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Suspensiva e Fidejussória, para Distribuição Pública com Garantia Firme Limitada, da COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM" ("Escritura de Emissão" ou "Escritura");

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM, sociedade por ações com sede na Cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, companhia fechada com sede na Rodovia CE 040, KM 43,7, S/N, CEP 62860-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.325.874/0001-93 ("Companhia" ou "Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como garantidora das obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, relativas as Debêntures Primeira Série:
RS MORIZONO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.903, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.964.887/0001-63 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.215.480.162 ("RS Morizono"), neste ato representada nos termos de seu Contrato Social; e

YOSHIMI MORIZONO, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da



cédula de identidade RG 3.238.735-SSP/SP e inscrito no CPF nº 255.016.238-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.903, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000 ("Yoshimi" e quando em conjunto com RS Morizono "Fiadores");

Resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A (i) 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures simples (conforme abaixo definido no item 6.3 abaixo), não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real com condição suspensiva e fidejussória, para distribuição pública com garantia firme limitada, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); e (ii) oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 22 de janeiro de 2015 ("AGE").
- 1.2 A outorga da Alienação Fiduciária (conforme abaixo definida no item 7.2) e da Fiança (conforme abaixo definida no item 7.1) pela RS Morizono está autorizada nos termos do artigo 12, parágrafo único, do Contrato Social da RS Morizono.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- 2.1.1. *arquivamento e publicação da AGE*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará ("DOEC") e no jornal "O Estado / Fortaleza";
- 2.1.2. *registro desta Escritura de Emissão*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEC, sendo certa que o efetivo registro será condição essencial para a integralização das Debêntures. A Companhia entregará ao Agente Fiduciário uma via original, devidamente registrada, desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos tempestivamente após o respectivo registro;



- 2.1.3. *registro na CVM.* A presente Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação;
- 2.1.4. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- 2.1.5. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- 2.1.6. *registro da Alienação Fiduciária.* A Escritura de Alienação Fiduciária a ser celebrada entre a RS Morizono, a Emissora e o Agente Fiduciário será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da localidade dos Imóveis e subsistirá até a efetiva quitação das Obrigações Garantidas Debêntures Primeira Série (conforme definido no item 7.3 abaixo), sendo certo que o efetivo registro deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da assinatura desta Escritura de Emissão ("Condição Suspensiva"), podendo tal prazo ser eventualmente prorrogado em caso de exigências do cartório de registro de imóveis, mediante aprovação prévia dos debenturistas em sede de assembleia geral de Debenturistas. A Companhia entregará ao Agente Fiduciário uma via original, devidamente registrada, deste Contrato de Alienação Fiduciária e eventuais aditamentos tempestivamente após o respectivo registro.
- 2.1.7. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º, inciso I e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta pelo Coordenador, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.
- 2.1.8. *registro da Fiança.* Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da Fiança outorgada pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão e



seus eventuais aditamentos posteriores, deverão ser registrados pela Emissora, às suas expensas, perante os cartórios de registros de títulos e documentos localizados na Cidade de São Paulo/SP, na Cidade de Pindoretama/CE e na Cidade do Rio de Janeiro/RJ e subsistirá até a efetiva liquidação/cumprimento das Obrigações Garantidas Debêntures Primeira Série (conforme definido no item 7.1 abaixo), sendo certo que os efetivos registros serão condição essencial para a integralização das Debêntures Primeira Série, devendo, ainda, ser enviada ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos registrados tempestivamente após a data do último registro nos competentes cartórios de títulos e documentos, a fim de que possa ser comprovada a correta constituição da Fiança.

2.1.9. Condição Resolutiva: A presente Escritura de Emissão de Debêntures restará resolvida de pleno direito, nos termos do artigo 127 e 128 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), com a aplicação do disposto na Cláusula de Vencimento Antecipado prevista nesta Escritura de Emissão de Debêntures, caso a Escritura de Alienação Fiduciária não seja registrada nos termos do item 2.1.6 acima.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

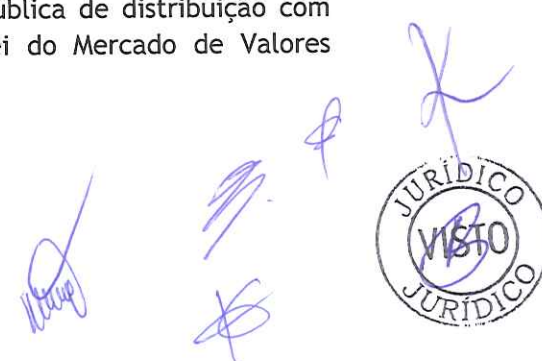
3.1. A Companhia tem por objeto: (i) a produção, a distribuição e a comercialização de bebidas alcoólicas e/ou não alcoólicas, fabricadas pela Sociedade, e/ou adquiridas de terceiros, e/ou fabricadas por conta e ordem de terceiros; (ii) a importação e a exportação de bebidas alcoólicas e/ou não alcoólicas, matérias-primas, materiais de embalagem e outros insumos; (iii) a pesquisa e a lavra de água mineral; (iv) o transporte rodoviário, intermunicipal e interestadual de cargas relacionadas às suas atividades; e (v) a participação em outras sociedades como sócia e/ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados, prioritariamente, para a amortização integral da 1ª emissão de notas promissórias emitidas pela Companhia, e posteriormente, se houver saldo remanescente, para reforço do capital de giro e investimentos da Emissora e para honrar obrigações previamente constituídas pela Emissora perante seus controladores, controladas e/ou coligadas diretos e indiretos.






5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores



Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), sob regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da Primeira Série no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e sob o regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da Segunda Série no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). A Oferta será intermediada pelo **BANCO ABC BRASIL S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1400, 3, 4 e 5 andares, VL. Nova Conceição, CEP: 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

- 5.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Oferta: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.
- 5.1.2. O público alvo da Oferta serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 5.1.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada investidor qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) realizou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Companhia e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias definidas na cláusula 7 abaixo.

5.1.4. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na Emissão ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

5.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.1.6. Caso, por qualquer motivo, não haja colocação das Debêntures da Segunda Série, tal série será automaticamente cancelada, neste caso as Debêntures serão "classificadas" como série única.

5.2. *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.3. *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada de forma *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, sendo que a integralização das Debêntures poderá ocorrer em datas diversas (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo).

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 750 (setecentos e cinquenta) debêntures ("Debêntures").

6.4. *Séries:* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que serão emitidas 500 (quinhentas) debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), e 250 (duzentos e cinquenta) debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série", que, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série as "Debêntures").

6.4.1. Caso haja colocação parcial de qualquer uma das séries, as Debêntures não subscritas serão automaticamente canceladas, ficando as Partes desde já autorizadas a aditar a presente Escritura para refletir a quantidade e o



volume das Debêntures efetivamente subscritas, independente de autorização dos Debenturistas.

- 6.5. *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.
- 6.7. *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de liquidação das Debêntures é Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante").
- 6.8. *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escriturador mandatário das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário").
- 6.9. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 23 de janeiro de 2015 ("Data de Emissão").
- 6.11. *Espécie.* As Debêntures da Primeira Série serão da espécie com garantia real com condição suspensiva, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sendo as Debêntures garantidas pela Alienação Fiduciária, conforme descrita e definida na Cláusula 7 abaixo, enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária.
- 6.11.1. Ficam autorizadas as Partes a celebrar aditamento a presente Escritura de Emissão, independente de autorização, para alterar as características da Debêntures da Segunda Série, desde que estas não estejam subscritas, em especial para a inclusão de nova garantia a ser prestada para as Debêntures da Segunda Série.
- 6.12. *Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.* O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 23 de janeiro de 2019 ("Data de Vencimento Primeira Série").
- 6.13. *Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.* O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término de 40 (quarenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 23 de maio de 2018 ("Data de Vencimento Segunda Série").
- 6.14. *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures de cada



série será pago trimestralmente, sendo a primeira parcela paga no 12º (décimo segundo) mês a partir da Data da Emissão, ou seja, em 23 de janeiro de 2016 e a última parcela na data de vencimento de cada série, conforme tabela abaixo:

Debêntures Primeira Série

Parcela de Amortização	Data	% do Saldo do Valor Nominal Unitário
1	23/01/2016	7,69%
2	23/04/2016	8,33%
3	23/07/2016	9,09%
4	23/10/2016	10,00%
5	23/01/2017	11,11%
6	23/04/2017	12,50%
7	23/07/2017	14,29%
8	23/10/2017	16,67%
9	23/01/2018	20,00%
10	23/04/2018	25,00%
11	23/07/2018	33,33%
12	23/10/2018	50,00%
13	23/01/2019	Saldo remanescente

Debêntures Segunda Série

Parcela de Amortização	Data	% do Saldo do Valor Nominal Unitário
1	23/01/2016	9,09%
2	23/04/2016	10,00%
3	23/07/2016	11,11%
4	23/10/2016	12,50%
5	23/01/2017	14,29%
6	23/04/2017	16,67%
7	23/07/2017	20,00%
8	23/10/2017	25,00%
9	23/01/2018	33,33%
10	23/04/2018	50,00%
11	23/05/2018	Saldo Remanescente



6.15. *Remuneração.* A remuneração de cada uma das séries das Debêntures será a seguinte:

6.15.1. *atualização monetária:* o Valor Nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

6.15.2. *juros remuneratórios da Primeira Série:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 140% (cento e quarenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração da Primeira Série será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, a partir do 6º (sexto) mês contada da Data de Emissão, ("Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série"), ocorrendo o primeiro pagamento em 23 de julho de 2015 e o último, na Data de Vencimento Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que sejam Debenturistas no final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$, onde:

J = Valor unitário da Remuneração da Primeira Série devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:



$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDL}_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

n = Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;

p = 140,00 (cento e quarenta inteiros);

TDL_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDL}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde}$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações: (i) o fator resultante da expressão será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório; (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator Juros" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e (iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

- 6.15.3. *juros remuneratórios da Segunda Série:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração da Segunda Série", que, quando em conjunto com a Remuneração da Primeira Série a "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração da Segunda



Série será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, a partir do 6º (sexto) mês contada da Data de Emissão, ("Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série"), ocorrendo o primeiro pagamento em 23 de julho de 2015 e o último, na Data de Vencimento Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que sejam Debenturistas no final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$, onde:

J = Valor unitário da Remuneração da Segunda Série devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

n = Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;

p = 130,00 (cento e trinta inteiros);

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde}$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações: (i) o fator resultante da expressão será considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório; (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator Juros" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e (iv) a Taxa DI deverá ser utilizada



considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

- 6.15.3.1. Observado o disposto abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.15.3.2. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI à Remuneração das Debêntures por proibição legal ou judicial o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita os parâmetros utilizados em operações similares vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Remuneração, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.15.3.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão.
- 6.15.3.4. Caso na assembleia geral de Debenturistas prevista acima não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na respectiva data de vencimento, o que ocorrer



primeiro, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da remuneração, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17. *Amortização Extraordinária.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante comunicação à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e a CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26. abaixo, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência da data da amortização, amortizar extraordinariamente as Debêntures, limitado a 98% do saldo do valor nominal das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) acrescido de prêmio de 1,5% (um e meio por cento) incidente sobre o valor a ser amortizado.
- 6.18. *Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante comunicação à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e a CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26. abaixo, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência da data de resgate, resgatar integralmente, as Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) acrescido de prêmio de 1,5% (um e meio por cento) incidente sobre o valor a ser resgatado.
- 6.19. *Oferta de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, podendo tal oferta ser total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será efetuado, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, em geral ou por série, conforme o que for definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem



titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26. abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures, a quantidade de Debêntures objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso V abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o percentual do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação à Companhia pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso II abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. após a publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Companhia, findo o qual a Companhia terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- III. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do



resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;

- IV. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- V. caso a Companhia opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário;
- VI. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.20 abaixo; e
- VII. o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio da CETIP sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.20. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme o caso; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

6.21. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil") subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, conforme o caso, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



- 6.22. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração correspondente imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora não compensatório de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.23. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.24. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.25. *Vencimento Antecipado das Debêntures*
- 6.25.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e/ou pelos Fiadores, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento das Debêntures da Primeira Série"):
- I. descumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada: (a) no prazo específico previsto nessa Escritura; ou (b) em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, enviada pelo Agente Fiduciário, referente a



descumprimento de obrigação para a qual não exista prazo específico para cumprimento;

- II. descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada na data de seu vencimento;
- III. pedido de falência que não tenha sido elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou da RS Morizono; (b) proposta pela Emissora e/ou pela RS Morizono a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento pela Emissora e/ou pela RS Morizono de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou da RS Morizono; (c) redução de capital social da Emissora e/ou da RS Morizono, exceto se: (1) decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados; (2) mediante aprovação prévia dos titulares das Debêntures; (3) decorrente de cancelamento de adiantamento futuro de aumento de capital; (4) exclusivamente para a RS Morizono, se decorrente do curso normal de suas atividades, desde que não cause nenhum Efeito Adverso Relevante e não reduza o patrimônio líquido da RS Morizono em valor inferior à R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e (d) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou da RS Morizono;
- IV. decretação da insolvência civil do Sr. Yoshimi;
- V. protestos de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora e/ou contra as Fiadoras, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, ou por cujo pagamento a Emissora e/ou as Fiadoras sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidoras, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras do referido protesto, seja validamente comprovado ao Agente Fiduciária pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso: (a) que o protesto foi cancelado, sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (b) que foram prestadas garantias em juízo; (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; ou, ainda, (d) que foi efetuado por erro ou má fé de terceiro;
- VI. inadimplemento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer de suas obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$



10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, que não seja sanado dentro de eventual prazo de cura estipulado no referido contrato;

- VII. não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral da qual tenha sido regularmente citada e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de publicação da decisão ou sentença, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento;
- VIII. provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras nesta Escritura;
- IX. dar destinação aos recursos captados por meio da Oferta diversa da especificada nesta Escritura;
- X. fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, incluindo, mas não se limitando, incorporação de ações, que altere o controle direto ou indireto da Emissora e/ou da RS Morizono, sem que haja aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
- XI. alienação ou alteração do controle direto ou indireto da Emissora e/ou RS Morizono, sem a aprovação prévia do titulares das Debêntures, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. transformação da Emissora e/ou das Fiadoras em outro tipo societário, salvo mediante aprovação prévia do titulares das Debêntures;
- XIII. transferência, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pelos titulares das Debêntures;
- XIV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora de forma a modificar sua atividade principal atualmente praticada ou seu setor de atuação, salvo mediante aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
- XV. a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos praticados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou crimes



contra o meio ambiente;

XVI. pagamento de dividendos pela Emissora exceto se: (a) haja anuência prévia dos titulares das Debêntures; ou (b) relacionado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

XVII. suspensão do registro das Debêntures junto à CETIP;

XVIII. mudança no estado econômico-financeiro da Emissora e/ou das Fiadoras que comprovadamente e a exclusivo critério dos titulares das Debêntures, desde que comprovada e justificadamente, cause um Efeito Adverso Relevante;

XIX. caso a fiança prestada pelas Fiadoras, por qualquer motivo, seja declarado inválido, perca sua eficácia e/ou se deteriore, a critério dos titulares das Debêntures; e

XX. caso a Alienação Fiduciária seja declarada inválida, perca sua eficácia e/ou se deteriore, a critério dos titulares das Debêntures da Primeira Série e a Emissora não indique um ou mais bem(ns) em substituição no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da declaração de invalidade da Alienação Fiduciária. Deverá ser instalada uma Assembleia Geral para que os Debenturistas da Primeira Série, a seu exclusivo critério, aprovem ou não o(s) novo(s) bem(ns) a ser(em) dado(s) em garantia. Em caso de aprovação da substituição pelos Debenturistas, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.25.2. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento das Debêntures da Segunda Série"):

I. descumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada: (a) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do descumprimento, caso haja prazo específico previsto nessa Escritura; ou (b) em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação pela Emissora, enviada pelo Agente Fiduciário, referente a descumprimento de obrigação para a qual não exista prazo para cumprimento específico;



- II. descumprimento, pela Emissora de obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada na data de seu vencimento;
- III. (a) pedido de falência que não tenha sido elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora; (b) proposta pela Emissora a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento pela Emissora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, pedido de autofalência pela Emissora; (c) redução de capital social da Emissora, exceto se: (1) decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados; (2) mediante aprovação prévia dos titulares das Debêntures; ou (3) decorrente de cancelamento de adiantamento futuro de aumento de capital; e (d) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora;
- IV. protestos de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, ou por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora, conforme o caso: (a) que o protesto foi cancelado, sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (b) que foram prestadas garantias em juízo; (c) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; ou, ainda, (d) que foi efetuado por erro ou má fé de terceiro;
- V. inadimplemento pela Emissora ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer de suas obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, que não seja sanado dentro de eventual prazo de cura estipulado no referido contrato;
- VI. não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral da qual tenha sido regularmente citada e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de publicação da decisão ou sentença, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do



- descumprimento;
- VII. provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- VIII. dar destinação aos recursos captados por meio da Oferta diversa da especificada nesta Escritura;
- IX. fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora, incluindo, mas não se limitando, incorporação de ações, que altere o controle direto ou indireto da Emissora, sem que haja aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
- X. alienação ou alteração do controle direto ou indireto da Emissora, sem a aprovação prévia dos titulares das Debêntures, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. transformação da Emissora em outro tipo societário, salvo mediante aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
- XII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pelos titulares das Debêntures;
- XIII. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de forma a modificar sua atividade principal atualmente praticada ou seu setor de atuação, salvo mediante aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
- XIV. a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos praticados pela Emissora relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou crimes contra o meio ambiente;
- XV. pagamento de dividendos pela Emissora exceto se: (a) haja anuência prévia dos titulares das Debêntures; ou (b) relacionado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XVI. suspensão do registro das Debêntures junto à CETIP;
- XVII. mudança no estado econômico-financeiro da Emissora que comprovadamente e a exclusivo critério dos titulares das Debêntures, desde que comprovada e justificadamente, cause um Efeito Adverso Relevante; e
- XVIII. caso as garantias das Debêntures da Segunda Série, quando devidamente constituídas, sejam declaradas inválidas, percam sua



eficácia e/ou se deteriorarem, a critério dos titulares das Debêntures da Segunda Série e a Emissora não indicar nova garantia em substituição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da declaração de invalidade. Deverá ser instalada uma Assembleia Geral para que os Debenturistas da Segunda Série, a seu exclusivo critério, aprovem ou não a substituição. Em caso de aprovação da substituição pelos Debenturistas, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

- 6.25.3. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento das Debêntures da Primeira Série previstos na Cláusula 6.25.1., incisos II, IV e VI, ou qualquer um dos Eventos de Inadimplemento da Segunda Série previstos na Cláusula 6.25.2., incisos II, IV e VI, as obrigações decorrentes das Debêntures da série correspondente tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, notificar assim que ciente, à Emissora informando de tal acontecimento.
- 6.25.4. Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento Primeira Série ou dos demais Eventos de Inadimplemento da Segunda Série (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.25.3 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 9.12 e 9.12.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas da série correspondente, a se realizar de acordo com os prazos estabelecidos na cláusula 10 abaixo. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da série correspondente em circulação, decidirem pelo não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das respectivas Debêntures, o Agente Fiduciário não poderá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes de tais Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas da série correspondente, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das respectivas Debêntures;
- 6.25.5. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes de qualquer uma das séries das Debêntures, a Companhia se obriga a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures correspondentes em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário acerca da declaração do vencimento



antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência;

6.25.5.1. Para os fins desta Escritura, "Efeito Adverso Relevante" significa: (a) Debêntures da Primeira Série: a ocorrência de qualquer evento que cause um impacto negativo relevante nas condições econômico-financeiras da Emissora e das Fiadoras que afetem a sua capacidade conjunta de cumprir com as obrigações pecuniárias previstas na presente Escritura, a exclusivo critério dos titulares das Debêntures da Primeira Série, desde que comprovada e justificadamente; e (b) Debêntures da Segunda Série: a ocorrência de qualquer evento que cause um impacto negativo relevante nas condições econômico-financeiras da Emissora que afete a sua capacidade de cumprir com as obrigações pecuniárias previstas na presente Escritura, a exclusivo critério dos titulares das Debêntures da Segunda Série, desde que comprovada e justificadamente.

6.26. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEC e no jornal "O Estado/Fortaleza", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias devendo apenas enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6.27. *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços imediatamente após o envio da mensagem. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

6.27.1. para a Companhia:

COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conj. 1903, Jardim Paulistano

CEP 01452-000. São Paulo - SP

At. Sra. Meire Yasue Fukugauti

Telefone: (11) 3817-6190



E-mail: meire@rsmempreendimentos.com.br /
silvia.untem@cervejaproibida.com.br /
fernanda.sanchis@cervejaproibida.com.br

6.27.2. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At. Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

6.27.3. para os Fiadores:

RS MORIZONO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conj. 1903, Jardim Paulistano

CEP 01452-000. São Paulo - SP

At. Sra. Meire Yasue Fukugauti

Telefone: (11) 3817-6190

E-mail: meire@rsmempreendimentos.com.br /
silvia.untem@cervejaproibida.com.br /
fernanda.sanchis@cervejaproibida.com.br

YOSHIMI MORIZONO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conj. 1903, Jardim Paulistano

CEP 01452-000. São Paulo - SP

Telefone: (11) 3817-6190

E-mail: meire@rsmempreendimentos.com.br /
kpereira@rsmempreendimentos.com.br

7. GARANTIAS

7.1. *Fiança.* Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias assumidas nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta referentes exclusivamente às Debêntures da Primeira Série, incluídos juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos



referentes às Debêntures (“Obrigações Garantidas Debêntures Primeira Série”), os Fiadores assumem em caráter não solidário entre si e de forma irrevogável e irretratável a condição de fiadores e principais pagadores da dívida afiançada referente às Debêntures da Primeira Série, nos termos desta Escritura de Emissão (“Fiança”), obrigando-se solidariamente juntamente com a Emissora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures da Primeira Série, incluindo, mas não se limitando, a indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas da Primeira Série. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração da Primeira Série, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas da Primeira Série tenham recebido ou venham a receber. Assim, respondem os Fiadores, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de toda e qualquer obrigação pecuniária das Debêntures da Primeira Série prevista nesta Escritura de Emissão.

- 7.1.1. Os Fiadores, neste ato, renunciavam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 827, 834, 837, 838 incisos II e III e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil.
- 7.1.2. Não será considerada moratória concedida à Emissora, nos termos previstos no inciso I, do artigo 838 do Código Civil Brasileiro, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, obtida mediante aprovação, por Debenturistas da Primeira Série, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 7.1.3. Cabe ao Agente Fiduciário venha a requerer a execução da Fiança se verificada, de acordo com esta Escritura, no caso de qualquer hipótese de insuficiência de pagamento pela Emissora de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos por ela nos termos da Escritura de Emissão. Nesses casos, os Fiadores pagarão ao Agente Fiduciário os valores devidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário.
- 7.1.4. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado pelos Fiadores, em cumprimento da Fiança ora outorgada, ocorrerá a sub-rogação, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora.
- 7.1.5. A presente fiança obriga os Fiadores e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures da Primeira Série, respeitado o disposto no artigo 836 do Código Civil. Os Fiadores não poderão ceder as obrigações decorrentes da presente Fiança, exceto mediante anuência



prévia e expressa dos Debenturistas, representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, reunidos em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série.

7.1.6. A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas das Debêntures da Primeira Série, sendo certo que a não excussão da Fiança pelo Agente Fiduciário não ensejará, em nenhuma hipótese, perda do direito de excussão da Fiança pelos Debenturistas.

7.1.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

7.1.8. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações ou quaisquer outras modificações nas condições das Debêntures, da Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, desde que os Fiadores sejam formalmente comunicados e que manifestem por escrito a sua anuência sobre tais aditamentos, alterações ou modificações.

7.1.9. Os Fiadores somente poderão exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores, nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

7.1.10. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelos Fiadores em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo os Fiadores pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores tivessem sido pagos pela Emissora. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

7.2. *Alienação Fiduciária de Imóvel.* Ainda para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas Primeira Série, a RS Morizono outorga nos termos da "Escritura Pública de Constituição de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças" a ser firmada ("Escritura de Alienação Fiduciária") e em observância à Lei nº 9.514/1997, a alienação fiduciária sobre os imóveis localizados na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima,



nº 2277, integrante do Condomínio Plaza Iguatemi, Escritório nº 202, localizado no mezanino, escritório 1904, 1903, 1902, 1901, todos localizados no 16º andar, o escritório 1501, 1502, todos localizados no 12º andar, o escritório 304, 303, 302, localizado no primeiro andar e o escritório 804, 803, 802 e 801, todos localizado no 6º andar, objeto das matrículas nº 83.282, 83.346, 83.345, 83.344, 83.343, 83.327, 83.331, 83.297, 83.286, 83.285, 83.298, 83.316, 83.315, 83.297, todas do 13º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Imóveis" e "Alienação Fiduciária" respectivamente).

7.2.1. Desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento Debêntures Primeira Série, caso seja comprovado, mediante laudo de avaliação da empresa avaliadora LVN ENGENHARIA E AVALIAÇÕES, ou outra empresa previamente autorizada pelos debenturistas, que o valor de liquidação forçada imediata dos imóveis dados em garantia seja superior à 100% do saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, será autorizada a liberação do excedente de garantia, independente de autorização prévia dos Debenturistas, respeitados sempre quaisquer outros termos e condições impostas para que a liberação parcial ocorra, conforme previstos na Alienação Fiduciária.

7.2.2. Não será permitida liberação de frações ideais, apenas matrículas inteiras, devendo ser mantido o percentual de 100% do saldo devedor das Debêntures da Primeira Série após eventual liberação de excedente.

7.3. *Garantias Segunda Série.* Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias assumidas nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta referentes às Debêntures da Segunda Série, incluídos juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos referentes às Debêntures ("Obrigações Garantidas Debêntures Segunda Série"), a Emissora se compromete a formalizar no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura desta Escritura, a(s) garantia(s) para assegurar a o cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas Debêntures Segunda Série, em termos e condições expressamente acordados pelos Debenturistas, que será(ão) constituída(s) por meio de aditivo a presente Escritura.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS FIADORES

8.1. A Companhia se obriga a:

- I. preparar suas respectivas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e com as regras emitidas pela CVM;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na Internet (<http://www.cbbp.com.br>), na data em que ocorrer o primeiro entre o decurso de 90 (noventa) dias



contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia"). Caso a Companhia altere a sua página da Internet mencionada neste item, esta informará ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis de tal alteração;

- III. fornecer ao Agente Fiduciário declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- IV. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- V. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao intermediário líder da Oferta, ao Agente Fiduciário e à CETIP;
- VI. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP, bem como atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Companhia declara conhecer para todos os fins de direito;
- VII. manter válidas e regulares as licenças, concessões e/ou aprovações necessárias ao seu regular funcionamento, na forma e prazo exigidos pela legislação, regulamentação, mantendo-as válidas e regulares, após a sua respectiva obtenção, em conformidade com a legislação;
- VIII. comunicar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário (a) qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional e/ou a solvência dos Fiadores,



que afetem a sua capacidade conjunta de cumprir com as obrigações pecuniárias previstas na presente Escritura, assim como qualquer Evento de Inadimplemento das Debêntures da Primeira Série ou qualquer Evento de Inadimplemento das Debêntures da Segunda Série; (b) o recebimento de qualquer comunicação relativa ao inadimplemento de pagamento ou vencimento antecipado de obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora ou por terceiros, das quais a Emissora seja garantidora, de qualquer forma, assim como relativa a ações de cobrança contra tais terceiros e o recebimento pela Emissora de citações em demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais, incluindo, sem se limitar àquelas relativas a confisco ou constrição de bens desde que o valor envolvido nestas situações seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- IX. informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento das Debêntures acima descritos, em 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência dos mesmos;
- X. fornecer informações ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis, sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação aos Eventos de Inadimplemento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.25 acima;
- XI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XII. manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e aos Fiadores condições patrimoniais suficiente para garantirem o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- XIII. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- XIV. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XV. efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- XVI. manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou



úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;

- XVII. manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- XVIII. manter lista contendo os seguintes itens exigidos pelo artigo 7º-A, parágrafo segundo, da Instrução CVM nº 476: (a) o nome das pessoas procuradas no âmbito da Emissão ("Potenciais Investidores"); (b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) dos Potenciais Investidores; (c) a data em que os Potenciais Investidores foram procurados; e (d) a decisão dos Potenciais Investidores em relação à Emissão;
- XIX. comunicar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário qualquer alteração e/ou fato relevante, conforme regulamentação da CVM em vigor, nas condições financeiras, societárias, contábeis e/ou operacionais da Emissora e da RS Morizono, que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- XX. cumprir com todas as normas, leis e regulamentação aplicáveis à Emissão, bem como incluindo, mas não se limitando, o disposto no artigo 48 da ICVM 400/03, ressalvado o seu inciso III;
- XXI. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro e cumprir o disposto no artigo 17 da ICVM 476/09;
- XXII. manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar da Data da Emissão, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas; e
- XXIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços necessários à manutenção das Debêntures, incluindo, sem limitação, o Agente Fiduciário, o banco liquidante e escriturador mandatário, CETIP, empresa de auditoria e tomar quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures.



8.2. A Companhia obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre ampradas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8.3. Os Fiadores, sem prejuízo de suas obrigações previstas nesta Escritura, na legislação e/ou regulamentação em vigor, obrigam-se a:

- I. comunicar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário (i.a) qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante; (i.b) qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante o desempenho financeiro e/ou operacional da Emissora, que cause um Efeito Adverso Relevante, assim como qualquer evento de inadimplemento ou Evento de Inadimplemento das Debêntures da Primeira Série; (i.c) o recebimento de qualquer comunicação relativa ao inadimplemento de pagamento ou vencimento antecipado de obrigações pecuniárias assumidas pelos Fiadores ou por terceiros, das quais os Fiadores sejam garantidores, de qualquer forma, assim como relativa a ações de cobrança contra tais terceiros e o recebimento pelos Fiadores de citações em demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais, incluindo, sem se limitar àquelas relativas a confisco ou constrição de bens, desde que o valor envolvido nestas situações seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e
- II. caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures da Primeira Série, incluindo, mas não se limitando à manutenção do seu registro na CETIP.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo



com as leis brasileiras;

- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o representante legal do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e o cumprimento das obrigações aqui previstas
 - (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário;
 - (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito;
 - (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e
 - (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades



por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções.

9.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.

9.3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas de cada série, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas, em conjunto, especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. serão realizadas, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral dos Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderão ser convocadas pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da série correspondente em circulação, e, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM



poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pelas assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) as assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida até o dia 05 de fevereiro de 2015, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.5. As parcelas citadas na cláusula 9.4. acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



- 9.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.8. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 9.9. A remuneração prevista na Cláusula 9.4 acima não inclui as despesas com publicações em geral, notificações, transporte, alimentação, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- 9.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 9.11. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

[Assinatura]

[Assinatura]



- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VI. promover nos competentes órgãos, às expensas da Companhia, caso esta não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da incidência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Companhia;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, às expensas e mediante prévia comunicação da Companhia, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- X. solicitar, às expensas da Companhia, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XI. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 10.3 abaixo;
- XII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos



Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido organograma deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social. O relatório deverá conter, ao menos, as informações abaixo:

- a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e nos termos desta Escritura de Emissão;
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por qualquer integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e



- j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.26 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.26 acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XVIII. divulgar as informações referidas no inciso XIII acima, alínea i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XIX. divulgar, em sua central de atendimento e/ou página na Internet, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia.
- 9.12. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão,



antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures de cada série, conforme seja o caso, e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 6.25 desta Escritura de Emissão;

- II. executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas de qualquer uma das séries realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

9.12.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.12 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas da respectiva série, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures da série correspondente em circulação. Na hipótese da Cláusula 9.12 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da série correspondente em circulação.

9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 10 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 9.11 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas.



9.15. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

9.16. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas de qualquer série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos respectivos Debenturistas.

10.2. As assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da série correspondente em circulação, ou pela CVM.

10.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas da respectiva série.

10.4. As assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série deverão ser realizadas no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de primeira convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do edital de segunda convocação.

10.5. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação da série correspondente, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.6. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série, caberá ao Debenturista, eleito pelos demais Debenturistas da respectiva série, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.



- 10.7. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série, cada Debênture em circulação da correspondente série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Quando não houver quórum específico determinado nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas de qualquer série dependerão de aprovação dos respectivos Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures da série correspondente em circulação.
- 10.8. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto na Cláusula 10.9 abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como os pedidos de liberação de cumprimento de obrigações (*waivers*) deverão ser aprovados por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da série correspondente em Circulação.
- 10.9. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas de qualquer série que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) data de vencimento; (iv) quoruns de deliberação das assembleias gerais de Debenturistas previstos nesta Cláusula 10; e (v) eventos de inadimplemento, conforme previstas na Cláusula 6.25 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleias gerais de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da respectiva série que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação. O quorum previsto para alterar os eventos de inadimplemento das Debêntures não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula 6.25 acima.
- 10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) aos Fiadores; (iii) a qualquer controladora, controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 10.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.12. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 10.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em assembleias gerais de



Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.

11. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DOS FIADORES

11.1. A Companhia e os Fiadores, neste ato, declaram, que:

- I. no caso da Emissora e da RS Morizono, são sociedades devidamente constituídas, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa Brasil;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações societárias necessárias à celebração da Escritura e à concessão da fiança e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas;
- III. a Escritura constitui obrigação lícita, válida e exigível da Emissora e dos Fiadores, exequível de acordo com seus termos e condições, com exceção das hipóteses em que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- IV. no caso da Emissora e da RS Morizono, a Emissão foi devidamente autorizada pelos seus respectivos órgãos societários competentes e não infringem seus respectivos Estatutos Sociais/Contratos Sociais;
- V. a Emissão não infringe qualquer lei ou qualquer restrição contratual que os vincule ou afete, nem irá resultar em: (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos de que a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte; ou (2) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e pelos Fiadores de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP 21, pelo arquivamento, na junta comercial competente, da ata da AGE;
- VII. os representantes legais que assinam a Escritura têm poderes



estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- VIII. (i) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da RS Morizono naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e da RS Morizono, e (ii) desde a data das demonstrações financeiras da Emissora e da RS Morizono relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou a RS Morizono fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e/ou a Morizono, assim como não houve aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou da Morizono, exceto no que se refere a relação entre a Emissora e os seus acionistas;
- IX. não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou aos Fiadores;
- X. não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas respectivas situações econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos titulares das Debêntures e que, comprovadamente, venham a causar um Efeito Adverso Relevante;
- XI. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração que foi acordada por livre vontade da Emissora;
- XII. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive (i) no que se refere ao pagamento de obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei; e (ii) com o disposto na legislação em vigor



pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo em juízo a sua aplicabilidade; e

XIII. inexistência de descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral (i) que tenha um impacto adverso relevante para suas respectivas atividades e que causem um Efeito Adverso Relevante, exceto por aquelas questionadas de boa fé nas esferas administrativa e/ou judicial e, se assim exigido pelas disposições legais e práticas contábeis aplicáveis, para as quais tenham sido realizadas as provisões aplicáveis, ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes desta Escritura.

11.2. A Companhia e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DESPESAS

12.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo, sem limitação, publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

13.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.





- 13.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 13.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 13.5. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora.
- 13.6. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 13.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

14. LEI DE REGÊNCIA

- 14.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil

15. FORO

- 15.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para



dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 23 de janeiro de 2015.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



(Página de Assinaturas 1/3 - Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Suspensiva e Fidejussória, para Distribuição Pública com Garantia Firme Limitada, da COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM, celebrado em 23 de janeiro de 2015.)

COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM


Nome: MEIRE YASUE FUKUGAUTI
Cargo: DIRETORA

Nome:
Cargo:




39º Cartório
Reconhecimento de Assinatura
Av. Brig. Faria Lima, 1675 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3816-7700
Sandra Rezende Gagliardi - OFICIAL TITULAR

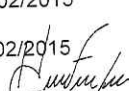
MEIRE YASUE FUKUGAUTI.....
.....
em documento com valor econômico, dou fé
São Paulo, 23 de Janeiro de 2015. Em Test. da verid.

ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE I
R\$ 7,25-Valido somente com selo de Autenticidade.


Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ -SEDE**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/02/2015
SOB Nº: ED001350000
Protocolo: 15/018569-3, DE 05/02/2015
Empresa: 23 3 0002769 8
COMPANHIA BRASILEIRA DE
BEBIDAS PREMIUM

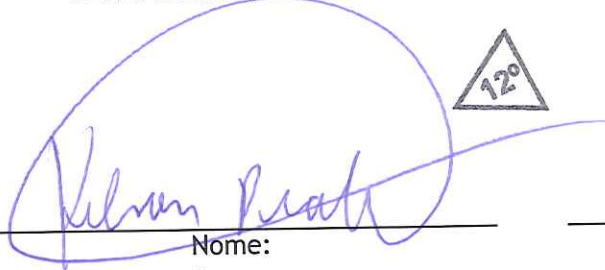

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



12º TABELÃO DE NOTAS
Nº 1470
Elaine Xavier Fialho
Escritor Autorizado

Página de Assinaturas 2/3 - Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Suspensiva e Fidejussória, para Distribuição Pública com Garantia Firme Limitada, da COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM, celebrado em 23 de janeiro de 2015.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Nelson Thales Cruzeiro Prates
Procurador

12º TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
BEL HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: NELSON THALES CRUZEIRO PRATES, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 23 de Janeiro de 2015
Em testemunho da verdade.
Elaine Xavier Fialho Esc. Autorizada
1501231610584 Firma: R\$ 7,25; Total: R\$ 7,25

12º TABELÃO DE NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL. SANTOS, 1470
Elaine Xavier Fialho
Escritor Autorizado
1042AA919580



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/02/2015
SOB Nº: ED001350000
Protocolo: 15/018569-3, DE 05/02/2015
Empresa: 23 3 0002769 8
COMPANHIA BRASILEIRA DE
BEBIDAS PREMIUM


HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



Página de Assinaturas 3/3 - Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Suspensiva e Fidejussória, para Distribuição Pública com Garantia Firme Limitada, da COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM, celebrado em 23 de janeiro de 2015.

RS MORIZONO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Cartório
Registro Civil 39º

Nome: YOSHIMI MORIZONO
Cargo: ADMINISTRADOR

Nome:
Cargo:

Cartório
Registro Civil 39º

YOSHIMI MORIZONO

Testemunhas:

Cartório
Registro Civil 39º

Nome:
Id.: KAMILE DE TOLEDO PEREIRA
RG: 18.984.699-9
CPF/MF: CPF: 316.862.328-88

Nome:
Id.: Silvia Andrea Untem
CPF/MF: CPF 255 076 538-95
RG 20 612 768-6

Cartório
Registro Civil 39º



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/02/2015
SOB Nº: ED001350000
Protocolo: 15/018569-3, DE 05/02/2015

Empresa: 23 3 0002769 8
COMPANHIA BRASILEIRA DE
BEBIDAS PREMIUM

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



39° Cartório

Av. Brig. Faria Lima, 1675 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3816-7700
Andréa dos Reis dos Reis - Oficial Titular

Reconhecido por ser a assinatura de:

YOSHIMI MORIZONO (2), KAMILE DE TOLEDO PEREIRA, SILVIA...
ANDREA UNTEM INGREVALLO...

em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 23 de Janeiro de 2015. Em Teste da verid.

ANDRÉA MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE I
R\$ 29,00-Valido somente com selo de Autenticidade.

SUBD. VILA MADALENA
Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada

FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
1072AA438273

FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
1072AA438274